



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE

REQUERIMENTO N° DE 2011
(Dos Srs. Duarte Nogueira, Paulo Abi-Ackel e Vanderlei Macris)

Solicita seja realizada audiência pública com a presença dos senhores **Jorge Hage Sobrinho**, Ministro de Estado Chefe da Controladoria-Geral da União, **Leandro Daiello Coimbra**, Diretor-Geral da Polícia Federal, **Marinus Marsico**, representante do Ministério Público no Tribunal de Contas da União, e **Roberto Gurgel**, Procurador-Geral da República, bem como a senhora **Ana Paula Mantovani Siqueira**, Procuradora-chefe da Procuradoria da República no Distrito Federal, para discutir as causas e consequências do aumento dos casos de corrupção em órgãos do Governo Federal.

Senhor Presidente,

Requeiro a V. Exa., com base no art. 58, § 2º da Constituição Federal, e art. 255 e 256, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a adoção de providências necessárias no sentido de que seja convidados a comparecer a esta Comissão em data e hora a serem agendados, os senhores **Jorge Hage Sobrinho**, Ministro de Estado Chefe da Controladoria-Geral da União, **Leandro Daiello Coimbra**, Diretor-Geral da Polícia Federal, **Marinus Marsico**, representante do Ministério Público no Tribunal de Contas da União, e **Roberto Gurgel**, Procurador-Geral da República, bem como a senhora **Ana Paula Mantovani Siqueira**, Procuradora-chefe da Procuradoria da República no Distrito Federal, para discutir as causas e consequências do aumento dos casos de corrupção em órgãos do Governo Federal.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

JUSTIFICAÇÃO

Nos últimos meses, chegaram ao conhecimento público, por meio da imprensa brasileira, inúmeras denúncias que dão conta de graves casos de corrupção havidos na cúpula do Executivo federal. As denúncias já atingem diversos ministérios: Transportes, Cidades, Agricultura e Minas e Energia.

No Ministério dos Transportes, primeira pasta afetada, a crise institucional gerada pelas denúncias ocasionou o afastamento de não menos do que 21 funcionários, entre os quais se destacam o Diretor do DNIT e o próprio Ministro, Alfredo Nascimento, que deixou o cargo após a divulgação de supostas fraudes ocorridas em sua gestão.

Além de fraudes em licitações e sobrepreço em aquisições realizadas por órgãos e autarquia vinculadas ao Ministério dos Transportes, notícias amplamente veiculadas na mídia nacional deixavam claro, inclusive por meio de gravação de vídeo, a liberação de recursos para obras públicas com finalidades político-partidárias.

No caso do Ministério dos Transportes, a liberação de verbas e pagamentos fazia-se em benefício da captação de novos filiados para o Partido da República, partido político a que pertenciam boa parte dos integrantes da cúpula daquela pasta, assim como o próprio ex-Ministro, Alfredo Nascimento, e o atual, Paulo Passos.

A mesma estrutura da corrupção estaria repetida no Ministério das Cidades, segundo reportagem da Revista “Isto é”, publicada em 30.07.2011. Muitas das empreiteiras contratadas pelo Ministério das Cidades teriam efetuados doações para o Partido Progressista ou para parlamentares a este filiados, de maneira que o PP teria transformado o Ministério das Cidades



CÂMARA DOS DEPUTADOS

em centro de operações partidárias nem sempre republicanas, tal como fez o PR com o Ministério dos Transportes.

Segue na íntegra a referida reportagem:

"O esquema do PP no Ministério das Cidades"

Arrecadadores do partido têm cargos de confiança, e obras que o TCU considera irregulares ganham verbas extras que favorecem empreiteiras doadoras da campanha do ano passado

Lúcio Vaz

Assim como o PR transformou o Ministério dos Transportes em centro de operações partidárias nem sempre republicanas, o Partido Progressista (PP) vem atuando de forma similar no Ministério das Cidades, um dos carros-chefe do PAC, dono do terceiro maior orçamento da Esplanada, com investimentos de R\$ 7,6 bilhões previstos para este ano. Dos gabinetes do Ministério, o tesoureiro do PP, Leodegar Tiscoski, assim como outros executivos ligados ao partido, libera recursos para obras consideradas irregulares pelo Tribunal de Contas da União, algumas delas com recomendação de "retenção dos pagamentos", e favorece empreiteiras que contribuem financeiramente para as campanhas eleitorais do PP.

A atuação de Tiscoski é um flagrante da promiscuidade instalada no ministério. Desde 2007 ele é o secretário nacional de saneamento do ministério e no ano passado exerceu dupla função. Ao mesmo tempo que, como funcionário público, geria obras de saneamento em todo o País, ele operava como tesoureiro nacional do partido. Ou seja, em ano eleitoral, era ele quem, a partir de posto privilegiado, arrecadava recursos para financiar as campanhas do partido. Na semana passada, Tiscoski afirmou à ISTOÉ que em março de 2010 se licenciou do cargo de tesoureiro. "Solicitei meu afastamento das funções de tesoureiro e, desde então, não assinei mais qualquer documento da tesouraria do PP", disse o secretário. "No período eleitoral eu não exercia mais a função de tesoureiro." É mentira. Documentos do Tribunal Superior Eleitoral mostram que em dezembro do ano passado Tiscoski assinou a prestação de contas do partido. As doações de empresas registradas nas contas do PP vão de 18 de março a 29 de setembro do ano passado. O repasse do dinheiro para os candidatos ocorre entre 13 de abril e 23 de novembro. Colocado diante do documento, Tiscoski, por intermédio da assessoria do PP, reformulou sua explicação. Afirmou que não mais assina cheques ou ordens bancárias como tesoureiro, mas



CÂMARA DOS DEPUTADOS

admitiu que "encaminhou" a prestação de contas ao Tribunal. No PP, informam que a gerência das finanças do partido está a cargo do primeiro-tesoureiro, o ex-deputado Feu Rosa. A troca de nomes, porém, não torna a relação do PP com o ministério mais transparente. O "novo tesoureiro" é assessor especial da pasta, cuidando do relacionamento do ministério com o Congresso.

Com interesse direto nas obras do Ministério das Cidades, as empreiteiras contribuíram oficialmente com cerca de R\$ 15 milhões nas campanhas do PP em 2010. A maior parte (R\$ 8,7 milhões) na forma de doações ocultas. Isso significa que o dinheiro foi para a conta do partido, durante a campanha eleitoral, e imediatamente distribuído entre os seus candidatos. Três das grandes construtoras do País, Andrade Gutierrez, Camargo Corrêa e Queiroz Galvão repassaram legalmente um total de R\$ 7,5 milhões para as campanhas do PP. Apenas três obras de mobilidade urbana tocadas por essas empresas com recursos do Ministério das Cidades somam R\$ 2,7 bilhões. Só a implantação da Linha 3 do Metrô do Rio de Janeiro tem orçamento de R\$ 1,3 bilhão. O Tribunal de Contas da União encontrou um superfaturamento de R\$ 57 milhões no contrato, tocado pelas empresas Queiroz Galvão e Carioca Christiani-Nielsen. Após a ação do Tribunal, os preços que estavam acima dos valores do mercado foram refeitos. Em novembro do ano passado, porém, o TCU determinou a paralisação dessa obra por conta de falhas no seu projeto básico. A Secretaria de Transportes do Rio de Janeiro, que executa a obra, já apresentou o novo formato do projeto ao tribunal, que ainda não se manifestou. A obra de conclusão do Complexo Viário Baquirivu–Guarulhos, com orçamento de R\$ 101 milhões, é outro exemplo de problemas. Tocada pela Construtora OAS, está na lista de irregularidades graves desde 2003. O TCU apontou superfaturamento de R\$ 6,9 milhões. Mas a Prefeitura de Guarulhos informou que não tem interesse em executar o restante da construção. O Tribunal busca agora recuperar o dinheiro público desviado.

Os casos mais flagrantes de descaso com o dinheiro público no ministério são duas grandes obras que estão na lista suja do TCU: os metrôs de Salvador e de Fortaleza. As duas somam contratos no valor total de R\$ 1,6 bilhão. Nos dois casos, o Tribunal determinou a retenção parcial de pagamentos para evitar prejuízos aos cofres públicos por causa de prática de preços acima do mercado. No caso do metrô de Salvador, trecho Lapa – Pirajá, o TCU exigiu a retenção de R\$ 50 milhões nos próximos pagamentos ao consórcio Metrosal, formado pelas empreiteiras Camargo Corrêa e Andrade Gutierrez. No Metrô de Fortaleza, trecho Vila das Flores–João Felipe, tocado pelas empresas Queiroz Galvão e Camargo Corrêa, foi encontrado



CÂMARA DOS DEPUTADOS

superfaturamento de R\$ 65 milhões em auditoria realizada em 2008. O tribunal determinou a repactuação do contrato. Foi exigida, ainda, a manutenção das retenções, seguros-garantias e fianças bancárias até o julgamento final do mérito da tomada de contas especial.

Apesar das investigações e dos alertas emitidos pelo TCU, os responsáveis pelo Ministério das Cidades liberaram recursos para essas obras no crédito suplementar que reforçou as obras do PAC em julho do ano passado. O metrô de Salvador recebeu um extra de R\$ 6,7 milhões, enquanto o de Fortaleza ganhou mais R\$ 100 milhões. Essa mesma prática de desconsiderar as recomendações do TCU, aceitar o aumento nos preços de obras já consideradas superfaturadas e ainda efetuar o pagamento para as empreiteiras é que tornou a atuação do PR no Ministério dos Transportes um escândalo.

As semelhanças entre os esquemas do PR e do PP, no entanto, não se resumem a isso. Assim como os republicanos, os progressistas tomaram conta do Ministério das Cidades, de cima a baixo. A presidente Dilma Rousseff trocou o ministro. Márcio Fortes, hoje na autoridade pública olímpica, deu lugar ao deputado Mário Negromonte (BA) por exigência do partido e com o aval do governador da Bahia, Jaques Wagner. A presidente chegou a cogitar a nomeação da secretária nacional de Habitação, Inês da Silva Magalhães, mas o PP vetou. A cobiçada Secretaria Nacional de Transporte e Mobilidade Urbana foi entregue a Luiz Carlos Bueno de Lima, que já havia sido secretário de Ciência e Tecnologia no Ministério da Saúde no período em que o ex-deputado Severino Cavalcanti (PP-PI) presidiu a Câmara. O chefe de gabinete de Negromonte, Cássio Ramos Peixoto, foi trazido do governo baiano, no qual era diretor da Agência de Defesa Agropecuária. O ex-secretário de Agricultura da Bahia Roberto Muniz, ex-deputado estadual pelo PP, assumiu a secretaria-executiva. A manutenção de Inês num posto-chave ainda não foi assimilada pelo partido. Um integrante da cúpula do PP afirmou à ISTOÉ que ela é a "olheira" da presidente no ministério. Seja por intermédio da secretaria ou não, o fato é que o Palácio do Planalto já tem conhecimento da forma como o aliado PP vem se comportando no governo. Resta saber como o governo vai lidar com uma legenda que soma 44 votos na Câmara e cinco no Senado."

Além dos ministérios dos Transportes e das Cidades, as denúncias de corrupção atingem também o Ministério de Minas e Energia. Nesse caso, os desmandos teriam ocorrido no âmbito da Agência Nacional do



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Petróleo – ANP, agência reguladora sob o domínio político do Partido Comunista do Brasil – PCdoB. Também aqui os fatos noticiados fazem perceber o aparelhamento de órgãos e cargos públicos, bem a captação de recursos em benefício de partidos políticos.

É o teor da reportagem publicada na revista Época, publicada 30.07.2011:

“O dinheiro era para o partido

A advogada que gravou o vídeo da corrupção na ANP afirma a ÉPOCA que a propina exigida na gravação acabaria nos cofres do PCdoB – cujos dirigentes comandam com mão de ferro a agência

Diego Escosteguy, com Ângela Pinho e Isabel Clemente

O comunista Haroldo Lima não detém conhecimentos técnicos sobre petróleo, mas sabe tudo de política. Aos 71 anos, o atual diretor-geral da Agência Nacional do Petróleo (ANP) já fez muito pela esquerda. Militou no movimento estudantil, fundou a organização Ação Popular, a AP, na qual combateu a ditadura militar, e, há 39 anos, apaixonou-se pelo PCdoB. É um dos mais antigos e dedicados quadros do partido, pelo qual cumpriu cinco mandatos como deputado federal. Num deles, elegeu-se com o mote "botando para quebrar". A exemplo de tantos outros políticos de sua geração, sacrificou-se pelos ideais da esquerda, mas capitulou aos encantos da direita. Em 2003, em reconhecimento a seus serviços, o então presidente Lula nomeou Haroldo para uma diretoria na ANP.

Desde então, Haroldo socializou cargos e contratos entre os camaradas do PCdoB. Fora, assegurou – com muito custo – o próspero acúmulo de capital dos grandes empresários do setor petrolífero. Essa ambiguidade de papéis, subproduto do aparelhamento partidário do Estado brasileiro, não poderia dar certo. Conforme revelou ÉPOCA na capa de sua última edição, viraram regra a cobrança de propina e os achaques a empresários que precisam das canetadas dos burocratas da ANP. A reportagem trouxe a público evidências fortes da corrupção na ANP, como cheques, e-mails, relatos de empresários extorquidos – e até um vídeo em que uma advogada que atua no ramo é achacada por dois assessores da ANP. Todo o material integra uma investigação sigilosa, iniciada pelo Ministério Público Federal no Rio de Janeiro.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

No vídeo, gravado em maio de 2008, Antonio José Moreira, então procurador da ANP, e Daniel de Carvalho Lima, estagiário da agência, cobram R\$ 40 mil da advogada Vanuza Sampaio para liberar o registro de um cliente dela, a distribuidora de combustíveis Petromarte. Ambos dizem falar em nome do dirigente do PCdoB Edson Silva, então superintendente de Abastecimento e hoje assessor de Haroldo Lima. Os dois assessores da ANP dizem no vídeo que o valor de R\$ 40 mil foi estipulado por Edson Silva e que ele receberia R\$ 25 mil do total.

Assim que a reportagem foi publicada, a direção da ANP, em vez de determinar a investigação dos fatos, esforçou-se por tentar desqualificar o caso. A ANP chegou a anunciar que a advogada Vanuza foi interpelada judicialmente – e que ela teria negado qualquer acusação contra o comunista Edson Silva. Não é verdade. "Fui interpelada em razão de uma matéria que saiu na imprensa contra o senhor Edson Silva. Apenas neguei que fosse fonte da referida matéria. Nunca voltei atrás em nada", disse a advogada Vanuza. Ela, diante da repercussão do caso, aceitou falar à ÉPOCA na semana passada. Vanuza esclareceu, sobretudo, o que já se suspeitava: os dois assessores da ANP disseram a ela que o dinheiro cobrado iria para o caixa do PCdoB (leia a entrevista).

Não é por acaso que a ANP reagiu agressivamente às acusações: até a máquina publicitária da agência tem muitas afinidades com Haroldo Lima – e depende dele. A Leiaute Propaganda, agência baiana contratada pelo baiano Haroldo Lima para comandar a publicidade da ANP, tem entre seus sócios amigos e camaradas do próprio Haroldo Lima. Sidônio Palmeira e Liani Sena, dois dos donos da Leiaute, são filiados ao PCdoB, segundo registros do Tribunal Superior Eleitoral. Antônio do Carmo, até há pouco tempo diretor da Leiaute, integrou o PCdoB por 18 anos. Os laços entre Sidônio Palmeira e Haroldo Lima são antigos: eles militaram juntos no movimento estudantil da Bahia. Hoje, a ANP do comunista Haroldo Lima gasta R\$ 7,7 milhões anuais com a empresa de Sidônio. A mesma Leiaute prestou serviços nas últimas campanhas eleitorais do petista Jaques Wagner ao governo da Bahia, disputadas com o apoio do PCdoB. (Hoje, a Leiaute também detém as contas publicitárias do governo da Bahia.)

Uma das sócias da Leiaute, Liani Sena, disse que nem ela nem Sidônio Palmeira são ou já foram filiados ao PCdoB, apesar das evidências em contrário. Ela afirmou ainda que o contrato da agência com a ANP obedece a todas as exigências da lei. "Foi um processo de licitação legal do governo federal", disse. Procurada, a ANP, em resposta a perguntas enviadas pela



CÂMARA DOS DEPUTADOS

reportagem de ÉPOCA, disse que o contrato com a Leiaute foi "auditado pelos órgãos de controle externo, que nunca registraram qualquer irregularidade na sua execução".

Vanuza Sampaio - entrevista

"Fui ameaçada de morte"

A advogada relata as intimidações sofridas depois de denunciar os assessores da ANP que a achacaram e diziam arrecadar para o PCdoB

REDAÇÃO ÉPOCA

A advogada Vanuza Sampaio respira medo. Desde a semana passada, quando ÉPOCA revelou o vídeo da corrupção gravado por ela com assessores da ANP, Vanuza não fala ao telefone, evita sair à rua e só anda de carro blindado. Ela, como experiente advogada junto à ANP, sabe que a máfia dos combustíveis não brinca. ÉPOCA conseguiu localizá-la na última quarta-feira. Num ato corajoso, Vanuza aceitou falar à reportagem confirmando o que já narrou ao Ministério Público e à Polícia Federal. A entrevista foi gravada. Nela, além de contar as ameaças que recebeu, Vanuza afirmou que os assessores da ANP a informaram que o dinheiro cobrado por eles iria para o PCdoB. A seguir, trechos da entrevista.

ÉPOCA – Quando começaram seus problemas na ANP?

Vanuza Sampaio – Quando Edson Silva (dirigente do PCdoB e ex-deputado federal) assumiu a Superintendência de Abastecimento. Sou a advogada com maior número de processos na ANP, e muitos passam pela área de Abastecimento, a mais importante da agência. Ele (Edson Silva) mandou me chamar assim que assumiu. E me comunicou: "Eu sei que você tem muitos processos aqui. Temos de trabalhar de forma harmônica". Respondi a ele que sempre agi com lisura e respeito a meus clientes. Cobro de acordo com a dificuldade do processo. Se o processo for trabalhoso, cobro mais. Se for fácil, cobro menos. Deixei claro que não faria nenhum tipo de parceria.

ÉPOCA – Qual foi a reação dele?

Vanuza – Não mencionou valores nem avançou o sinal. Mas, em seguida, começou a criar todas as dificuldades do mundo para meus clientes. Chegaram a assediar alguns deles, dizendo que, como haviam me contratado, os processos deles não iriam andar na ANP. Meus clientes ficaram preocupados e disseram que eu tinha de fazer parceria com o Edson. Eu me recusei.

ÉPOCA – Por quê?

Vanuza – Seria errado. Quando virei advogada, fiz um juramento



CÂMARA DOS DEPUTADOS

defendendo cumprir a lei. Iria começar a extorquir meus clientes? Jamais! Além disso, seria estupidez. Tenho cerca de 3 mil processos na ANP. Se começasse a agir assim em tantos casos, alguém logo ficaria sabendo. Todos nós sabemos como funcionam as coisas no Brasil. Então, minhas conversas com meus clientes sempre foram claras. Sempre disse que eu não poderia oferecer dinheiro em nome deles. E nunca iria extorquir quem me procura. Posso dizer para o cliente: "Olha, esse cara tem abertura e pode resolver". Mas aí eu não me meto e saio do negócio. Não tenho coragem nem estômago.

ÉPOCA – Que tipo de parceria Edson Silva queria fazer?

Vanuza – Uma coisa louca. Queria que eu passasse metade dos meus negócios para ele, que fosse sócia dele. Queria até ditar regra de quanto cobrar.

ÉPOCA – Ele fez essa proposta?

Vanuza – Não, aí que entram o Antonio e o estagiário (Antonio José Moreira e Daniel de Carvalho Lima, os dois homens que aparecem no vídeo) . No meio dessa confusão, eles me procuraram e me orientaram a transferir metade – metade! – dos meus clientes a um advogado de São Paulo ligado a eles. Assim, a ANP não pegaria mais no meu pé. Um absurdo. Disse a eles que queria ouvir da boca do Edson que ele poderia ter qualquer negócio comigo. Disse: "Se ele (Edson) falar que vocês são intermediários dele, eu fecho com vocês. Mas quero ouvir da boca dele". Eu queria ter certeza de que os dois não estavam apenas usando o nome do Edson.

ÉPOCA – Quando a senhora teve certeza?

Vanuza – Logo depois, os dois me levaram ao encontro do Edson, num café de uma livraria que fica na Avenida Rio Branco (centro do Rio) . O Edson não falou em dinheiro, mas avalizou o nome deles. O Edson disse: "O Antonio (então assessor da ANP) é meu amigo e fala por mim". Foi aí que percebi que não havia jeito, que era preciso fazer alguma coisa ou eles tomariam todos os meus clientes. Não aguentava mais.

ÉPOCA – O que a senhora fez?

Vanuza – Procurei o Ministério Pùblico e a Policia Federal. Fui orientada a gravar um flagrante. Um agente da PF instalou o equipamento para gravar a conversa com os dois em meu escritório. Gravei e entreguei o vídeo ao MP. Contei tudo o que sabia em detalhes. Está tudo no meu depoimento.

ÉPOCA – No vídeo, os dois falam que o dinheiro seria dividido. Mas há trechos de difícil compreensão. Eles disseram para quem iria o dinheiro?

Vanuza – Eles explicaram como funcionava (o esquema) .



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Disseram que todos os cargos do PCdoB precisam levantar dinheiro, que tem de ser para o partido, que tem de ter divisão...

ÉPOCA – *Disseram se o dinheiro era para campanha?*

Vanuza – Não chegaram a falar de campanha nem citaram nomes. Mas não deu tempo de aprofundar.

ÉPOCA – *Por que não?*

Vanuza – Pretendia ter um segundo encontro com eles, levantar mais provas para as autoridades. Mas, logo depois que entreguei o vídeo e as provas que eu tinha ao MP, o agente da PF que ajudou na gravação, não sei por qual motivo, comunicou tudo à direção da ANP. Isso inviabilizou tudo. Os dois (Moreira e Daniel de Carvalho) acabaram saindo da agência. O Edson foi tirado da Superintendência, mas virou assessor do diretor-geral logo depois.

ÉPOCA – *A senhora sofreu retaliações?*

Vanuza – Logo depois que minhas denúncias vazaram para a direção da ANP, recebi ameaças de morte. Fui abordada por um homem na saída do meu escritório, no centro do Rio. Eu estava a caminho do estacionamento. Ele agarrou meu braço e começou a andar comigo até meu carro. Achei que fosse um assalto. Ele disse que era muito perigoso falar com a polícia e o Ministério Público. Ele falou: "A senhora sabe que tem policial que salva e policial que mata, não é? É melhor a senhora parar de falar".

Fiquei apavorada. Mudei de casa, contratei seguranças, comecei a andar de carro blindado. Passei a ter medo o tempo inteiro.

Minha vida quase acabou.

ÉPOCA – *A senhora tem ideia de quem foi o mandante dessas ameaças?*

Vanuza – Não, não tenho. Só posso suspeitar. Mas seria leviano falar. Na verdade, tenho medo até hoje. Não custa nada mandarem me matar.

ÉPOCA – *A senhora está disposta a confirmar essas informações às autoridades?*

Vanuza – Eu já disse tudo isso ao MP e à PF. O que mais posso fazer? Tentei fazer a coisa certa, mas só me prejudiquei com esse caso. Desde que vocês (ÉPOCA) saíram com essa reportagem, estou sofrendo por todos os lados. Recebo muitos recados ameaçadores. Não falam em fazer faxina no país? Agora cabe ao MP e ao governo fazer a parte deles. O que fizeram até agora?



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Mas não quero aparecer em CPI, ser usada pela imprensa, como aquele caseiro. Não suportaria.”

Esquema de corrupção semelhante também existiria no Ministério da Agricultura. Nesse caso, as denúncias foram publicadas pela revista “Veja”, de 30.07.2011, e partiram do ex-diretor financeiro da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), o administrador Oscar Jucá Neto.

Oscar Jucá Neto teria afirmado que “*existe um consórcio entre o PMDB e o PTB para controlar a estrutura de comando no Ministério da Agricultura*”. Na Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB, as ilícitudes envolveriam fraudes em licitações, corrupção passiva, pagamento de propina, entre outras.

É o teor da reportagem publicada pela revista “Veja”, em 30.07.2011:

“Dinheiro por fora”

Irmão do líder do governo denuncia corrupção, fraudes e propina no Ministério da Agricultura

Diário Oficial da União publicou na semana passada a exoneração do ex-diretor financeiro da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), o administrador Oscar Jucá Neto. A demissão teoricamente poria um ponto final em mais um caso descarado de desvio de dinheiro público. Em sua edição passada, VEJA revelou que o ex-diretor autorizou um pagamento de 8 milhões de reais a uma empresa-fantasma que tinha como “sócios” um pedreiro e um vendedor de carros. Assunto encerrado, portanto. Só que Oscar Jucá não é um personagem qualquer. Ele é irmão do poderoso líder do governo, o senador Romero Jucá, foi indicado para um cargo reservado na cota do PMDB, o maior partido da base de sustentação do governo, e não assimilou pacificamente a forma como perdeu o emprego - classificada por ele como humilhante e resultado de uma armação de peemedebistas para atingir seu irmão. Jucazinho decidiu contar o que sabe. E o que ele revela soa o alarme sobre a possibilidade de um novo tsunami atingir o governo: a exemplo do que o PR fez no Ministério dos Transportes, o PMDB teria



CÂMARA DOS DEPUTADOS

transformado o Ministério da Agricultura numa central de negócios do partido, tendo a Conab como posto avançado de tramoias milionárias e o ministro Wagner Rossi como comandante de todo o esquema.

Em entrevista a VEJA, **Oscar Jucá revelou que existe um consórcio entre o PMDB e o PTB para controlar a estrutura de comando no Ministério da Agricultura**. O objetivo é um só: arrecadar dinheiro. Nas mais de seis horas de conversa, o ex-diretor afirmou que a situação do Ministério da Agricultura é pior que a do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit). Para quem tem acompanhado com estorricimento e indignação a profusão de denúncias de corrupção que já derrubaram 21 funcionários do Ministério dos Transportes nas últimas semanas, é assombroso imaginar que possa existir algo pior. Segundo Jucazinho, a Conab está tendo seu patrimônio dilapidado por operações imobiliárias fraudulentas que repassam aos padrinhos políticos dos diretores terrenos a preços muito abaixo do valor de mercado. Ele revelou o favorecimento a empresas de amigos e financiadores de campanha ligados aos partidos. Tudo isso, segundo afirma, se passando com o conhecimento e o aval do ministro Wagner Rossi, do PMDB, e do presidente da estatal, Evangevaldo Moreira dos Santos, do PTB. Diz o ex-diretor da Conab: "Ali só tem bandido".

Oscar Jucá acusou o ministro Wagner Rossi de ter lhe oferecido propina em troca de seu silêncio. Demitido por ter cometido uma irregularidade grave ao mandar pagar uma dívida judicial a uma empresa que, no passado, já foi ligada à família Jucá e hoje está em nome de um pedreiro, Oscar conta que nunca teve uma boa relação com o ministro Wagner Rossi, que queria nomear para a diretoria financeira da Conab um de seus apaniguados. Durante o mês em que ele ocupou o cargo, o ministro recusava-se a recebê-lo em seu gabinete. Em uma das poucas reuniões entre os dois, Rossi teria se referido a ele como "aquele diretorzinho de m...". Quando o caso do pedreiro foi revelado, o ministro quis demitir o desafeto. A decisão causou um entrevero entre o senador Romero Jucá e o vice-presidente da República, Michel Temer, que é padrinho político do ministro Rossi e apoiou a ideia de afastar Jucazinho. Há duas semanas, os dois caciques do PMDB tiveram uma discussão por telefone marcada pelo tom exasperado e pela troca de ameaças. Jucá disse: "Se você execrar meu irmão, eu vou te f.". Em resposta, Temer disse que a manutenção do senador na liderança do governo estava condicionada ao pedido de demissão do irmão dele. Os dois negam o embate verbal, mas a conversa, na parte do que disse o senador foi reproduzida por uma pessoa de sua intimidade. "Foi um recado duro", confirma o irmão do parlamentar. O rastilho de pólvora, a essa altura estava aceso.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Logo depois da publicação das revelações sobre as artimanhas de Oscar, Wagner Rossi chamou o ainda diretor a seu gabinete. Há duas versões para o encontro. A do ministro: "Foi uma conversa dura, desagradável, mas respeitosa. Eu falei que ele não estava à altura do cargo, que tinha cometido um erro grave e injustificável. No final, ele reconheceu que estava errado e concordou em pedir demissão". A versão de Oscar Jucá, o demitido, é bem diferente: "O ministro sugeriu que eu pensasse na possibilidade de mudar de cargo e disse: "Fica tranquilo que você vai participar de tudo". Pelo tom malicioso de voz, entendi o que ele estava querendo insinuar. Estava dizendo que receberia dinheiro por fora, propina, para ficar quieto. Não topei". Informado sobre a acusação na última quinta-feira, Rossi negou-a peremptoriamente: "Jamais faria esse tipo de proposta a quem quer que fosse. Essa conversa, nesses termos, jamais aconteceu". Ao ameaçar o vice-presidente - ou espalhar a versão de que ameaçou -, Romero Jucá tentava salvar a pele do irmão colocando Wagner Rossi como alvo de uma eventual retaliação. O ministro é identificado no governo como braço direito do vice-presidente da República. Atingi-lo é o mesmo que ferir Michel Temer."As conversas foram muito tranquilas. Apenas disse ao ministro e ao vice-presidente que a decisão de manter o meu irmão ficava a cargo deles. Da minha parte, não houve ameaça alguma de retaliação" garantiu Romero Jucá. A retaliação, porém, veio através do irmão.

Um dos negócios nebulosos envolvendo a Conab que é subordinada a Rossi e foi presidida por ele durante o governo Lula -, segundo Oscar Jucá, envolve uma das principais empresas de armazenagem de grãos do país. Gigante do mercado agrícola, a Caramuru Alimentos tem como um de seus principais clientes a Conab. Além de fornecedora, é grande credora da estatal. Em abril deste ano, a Justiça determinou que a Conab pagasse à companhia 14,9 milhões de reais, referentes a dívidas contratuais reclamadas há quase vinte anos. Apesar da decisão final, nenhum centavo ainda foi pago. O motivo: representantes da Conab estariam negociando um "aceno" para aumentar o montante a ser pago. "O procurador-geral me disse que havia acertado pessoalmente com um contador da Caramuru que estava tudo combinado para elevar o pagamento para 20 milhões de reais", afirma Jucazinho. Desse total, 5 milhões seriam repassados "por fora" a autoridades do ministério."Isso sem nenhuma sustentação legal", conta o ex-diretor, que se recusou a assinar a autorização de pagamento.

A Caramuru, que é goiana, tem contatos influentes na esfera de poder da Conab. Um deles, talvez o principal, é o líder do PTB na Câmara, deputado Jovair Arantes, de Goiás. Coube a Jovair, como chefe do partido, a indicação do presidente da Conab, o



CÂMARA DOS DEPUTADOS

goiano Evangeldo Moreira. Este, por sua vez, nomeou o procurador-geral Rому Gonsalves, aquele que deveria defender os interesses da estatal, mas que faz isso de uma maneira aparentemente imprópria: esforçando-se para pagar aos credores mais do que efetivamente eles têm a receber. Os donos da Caramuru, os irmãos César e Alberto Borges, mantêm relação próxima com políticos do PTB e do PMDB de Goiás. Embora milionários, eles são notórios pela sovinice quando o assunto é doação de dinheiro para campanhas políticas. Nas últimas duas eleições, eles abriram poucas exceções: doaram oficialmente 140.000 reais para ser repartidos entre quatro candidatos a deputado federal. O que recebeu a maior parcela foi Jovair Arantes. "Somos amigos de vários parlamentares de Goiás. O Jovair é apenas um deles", disse César Borges.

O papel da Conab deveria ser o de atuar como órgão regulador dos estoques de modo a garantir o abastecimento e evitar a flutuação exagerada dos preços do milho, do arroz e do feijão. Mas a estatal, recentemente, decidiu atuar no mercado imobiliário. Em janeiro deste ano, ela vendeu um terreno em uma das regiões mais nobres e valorizadas de Brasília, distante menos de 2 quilômetros do Congresso e do Palácio do Planalto. Apesar de ser uma área cobiçada por empreiteiras e grandes empreendedores, uma pequena empresa da cidade apareceu no leilão e adquiriu o terreno pelo **preço mínimo: 8 milhões de reais** - um quarto do valor estimado de mercado. O comprador se chama Hanna Massouh, amigo e vizinho do senador Gim Argel1o, do PTB, mandachuva do partido, influente na Conab e onipresente em negócios mal explicados. O senador Gim Argello nega qualquer envolvimento. Diz Oscar Jucá: "Essa história da venda dos terrenos começou na presidência do Wagner Rossi. Estão dilapidando o patrimônio público. Se isso for devidamente investigado...". O ex-diretor pode estar exagerando quando compara a Conab e o Ministério da Agricultura ao Dnit, mas nunca é demais lembrar que o PTB, que hoje controla a estatal, é aquela mesma legenda que, em 2005, teve um de seus diretores filmados cobrando propina nos Correios - a gênese do escândalo do mensalão. A mesma legenda impunha a seus afilhados ocupantes de cargos públicos metas de arrecadação mensal para o caixa do partido. Será que os métodos do partido mudaram mesmo tendo à disposição um orçamento anual superior a 5 bilhões de reais? Pode ser. Mas as revelações de Oscar Jucá indicam justamente o contrário.

"A Conab é pior que o Dnit"

Desde que foi demitido da Conab, Oscar Jucá Neto se recolheu. Foi aconselhado pelo irmão, o líder do governo Romero Jucá, a se defender - mas também a se calar. Localizado por VEJA na



CÂMARA DOS DEPUTADOS

semana passada, ele revelou bastidores do que acontece nos subterrânos do Ministério da Agricultura, principalmente na Conab a estatal em que trabalhou durante um ano como assessor e um mês como diretor financeiro. Foram três sessões de entrevista e horas de gravação. Jucazinho conta que a estrutura montada pelo PMDB e pelo PTB no Ministério da Agricultura mistura negócios nebulosos e interesses privados, e diz que o ministro Wagner Rossi lhe ofereceu propina em troca de silêncio.

Por que o senhor autorizou, por conta própria, um pagamento de 8 milhões de reais a uma empresa cujos donos são laranjas?

Eu não tinha como saber disso. Em nenhum momento fui informado de que tinha irregularidade nesse processo. Esse processo chegou para mim de uma forma muito tempestiva. Disseram que tinha de ser pago, que se não fosse pago haveria adjudicação de um bem que valia 40 milhões de reais. Cibia a mim pagar porque era um processo transitado em julgado. Eu não cometí ilícito nenhum.

Mas o ministro e o presidente da Conab confirmaram que o momento fui irregular e feito de forma clandestina.

Eles são mentirosos. Isso foi uma armação deles. Nunca fui um nome palatável para o ministro, por não pertencer a nenhuma panelinha política. Fui indicado pelo meu irmão. O ministro, que já tinha até um assessor dele escolhido para o meu cargo, nunca perdoou esse fato.

Por quê?

A Conab representa interesses poderosos e milionários. Só para você ter uma ideia: existe um processo lá, de um amigo dos diretores, que prevê o pagamento de uma dívida de 14 milhões de reais a uma empresa chamada Caramuru. Por conta própria, o procurador da Conab e um funcionário da Caramuru combinaram elevar o valor da dívida para 20 milhões. Isso sem nenhum embasamento legal. Ele me mostrou o processo e disse: "A dívida é de 14, mas já está tudo acertado para pagar 20 milhões". É isso que interessa a eles.

Eles quem?

O presidente da Conab, o procurador-geral e o próprio ministro. A Conab é pior do que o Dnit.

O senhor está dizendo que existe corrupção?

Corrupção? Com certeza. Se eu fosse a presidente da República, demitiria todo mundo lá. Por que alguém iria majorar o valor de uma dívida para beneficiar uma empresa? E tem uma história muito suspeita da venda de um lote da Conab.

Que história é essa?



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Essa história já circula na empresa há muito tempo. Envolve milhões de reais e a venda de terrenos subavaliados. Começou na época em que o ministro Wagner Rossi era presidente da Conab (de 2007 a 2010), e o mais gritante dos negócios foi concluído no início do ano. Eles estão dilapidando o patrimônio público. Se isso for devidamente investigado...Prefiro não dizer mais nada.

O senhor está insinuando que o ministro da Agricultura está envolvido com irregularidades?

Tenho convicção disso, mas não tenho como provar. O ministro é um homem do Michel Temer. Faz o que o Temer manda. Mostrou que é poderoso. Deve proporcionar ao vice-presidente muita coisa boa, que eu com certeza não proporcionaria.

É fato que seu irmão reagiu às acusações feitas contra o senhor ameaçando o vice-presidente da República?

Meu irmão deu um recado duro, muito firme ao vice-presidente Temer: não permitiria que eu fosse execrado publicamente. Todo o meio político sabe dos detalhes dessa conversa.

Mas, apesar disso, o senhor acabou demitido?

Repto: saí porque não me queriam lá. Quando fui indicado, tentei falar várias vezes com o ministro. Ligava para me apresentar, mas ele nunca atendia. No dia em que ele finalmente marcou a audiência, escutei da antessala ele gritar que ia "estar com um diretorzinho de m...". Eu era o "diretor de m...".

Foi a única vez que o senhor esteve com o ministro?

Não. Houve mais dois encontros. Logo depois do pagamento que provocou essa polêmica toda, o ministro me convocou. Dedo em riste, sem deixar que eu me explicasse, ele disse que estava mandando cancelar todas as minhas portarias. Relatei a grosseria ao meu irmão, que ficou de falar com ele.

E o terceiro encontro?

O ministro me chamou outra vez ao gabinete dias depois. Dessa vez mais calmo, sugeriu que eu pensasse na possibilidade de mudar de cargo e disse num tom de voz enigmático: "Fica tranquilo que você vai participar de tudo".

O senhor entendeu isso de que maneira?

Receber dinheiro por fora.

Propina?

É, para eu ficar quieto. E eu não topei. Dias depois, quando vocês publicaram a matéria, o Milton Ortolan (secretário executivo do Ministério da Agricultura) ligou e disse que a minha situação era insustentável, que era para eu pedir demissão: "Oscar, fica tranquilo porque nós vamos tentar compensar a sua perda salarial



CÂMARA DOS DEPUTADOS

em outro lugar". Eu não aceitei e decidi sair. Ali só tem bandido, e não vou trabalhar com bandidos."

Os fatos acima alinhavados dão conta de graves denúncias e prejuízos ao erário. E mais, deixam antever sérios indícios de que a corrupção alastrase no Executivo Federal, tomando conta de diversos setores e Ministérios.

É com base nesses fatos que se apresenta este requerimento de audiência pública, com o objetivo de discutir as causas e consequências do crescimento da corrupção no Governo Federal, bem como as alternativas para solucionar o problema e punir responsáveis.

Sala das Sessões, 02 de agosto de 2011.

Deputado **DUARTE NOGUEIRA**
PSDB/SP

Deputado **PAULO ABI-ACKEL**
PSDB/MG

Deputado **VANDERLEI MACRIS**
PSDB/SP